

**DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO
PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA
URUBUQUARA/ARANAÍ**



Dados Gerais

Projeto
ATER-Marajó – Chamada Pública 01/2013 – INCRA SEDE
Ano 2013 – Lote 19

Realização
Instituto Peabiru

Diretor
João Meirelles Filho

Equipe Técnica
Thiara Fernandes
Rosemiro Rodrigues
Paula Vanessa Silva
Ana Rachel Broni
Ediana Tavares
Elvesson Ferreira
Gilberto Azevedo
Gilberto Oliveira
Elaine Gouvêa
Pedro Santos

Estagiárias
Karlla Tavares
Tháíssa Oliveira

Elaboração do documento
Paula Vanessa Silva

Revisão
Thiara Fernandes

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA	5
a. Análise FOFA.....	6
b. Linha do tempo	6
c. Mapa participativo	7
d. Calendário agrícola.....	7
3. RESULTADOS ALCANÇADOS	7
3.1. SITUAÇÃO ORGANIZACIONAL	8
✓ Fortalezas	10
✓ Fraquezas	11
✓ Oportunidades	12
✓ Ameaças	13
3.2. ATIVIDADES PRODUTIVAS ATUAIS E POTENCIAIS	13
✓ Calendário Agrícola	13
✓ Mapa	20
✓ Linha do tempo	21
3.3. SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS COMUNITÁRIOS E COMERCIALIZAÇÃO	26
4. AVALIAÇÃO DA OFICINA DE DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO (DRP).	27
5. CONCLUSÃO	27
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

1. INTRODUÇÃO

Neste documento são apresentados os resultados do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) de 5 comunidades que compõem o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Urubuquara, localizado no município de Cachoeira do Arari – Marajó - Pará. A atividade faz parte das ações previstas na Chamada Pública 01/2013 INCRA Sede, Lote 19 (Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari) para Projetos de Assentamento Agroextrativistas. O mesmo tem como objetivo implantar atividades produtivas sustentáveis familiares e coletivas, assim como processos de comercialização, visando à segurança alimentar, a inclusão produtiva e social das famílias beneficiárias da reforma agrária, especialmente de mulheres e jovens, e o incremento da renda.

A primeira etapa deste processo foram as **Visitas para diagnóstico da unidade familiar** (atividade 1.2), realizada em dezembro de 2014, que consistiam na aplicação de questionários às famílias assentadas, os quais abordaram aspectos econômicos, sociais, ambientais e produtivos. A segunda etapa é a **Elaboração de diagnóstico das atividades produtivas e dos empreendimentos familiares e/ou coletivos das comunidades beneficiárias** (atividade 1.3). O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) “é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (VERDEJO, 2006).

Desta forma, para iniciar esse processo de planejamento e desenvolvimento do PAE Urubuquara/Aranaí, foi realizado no dia 07 de Setembro de 2014, uma reunião para aplicação do DRP, o qual teve como objetivo compreender o perfil das famílias assentadas, em pontos relacionados às atividades produtivas e aos empreendimentos comunitários, por meio de discussões entre os beneficiários da política de reforma agrária. Não obstante, tais discussões foram conduzidas para abordar os seguintes temas propostos:

- Situação atual da organização social;
- Situação das atividades produtivas atuais e potenciais;
- Situação dos empreendimentos comunitários atuais e potenciais;
- Situação da comercialização dos produtos;
- Identificação de ameaças e oportunidades.

Para tanto, foi elaborado um roteiro metodológico (anexo a este documento), onde estão descritas as ferramentas de abordagem participativa, utilizadas na moderação da oficina pelos técnicos do Instituto Peabiru.

2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Para a realização do diagnóstico a equipe do Instituto Peabiru fez uso da abordagem participativa, metodologia de trabalho que objetiva assegurar o envolvimento dos integrantes na atividade e nas ferramentas propostas, pois permite ao pesquisador responder perguntas sobre *que* tipo de conhecimento se quer e necessita, a *quem* se dirige e *quem* vai dele se beneficiar (GOMES, 2001), e desta forma possibilite que o resultado do diagnóstico se aproximasse da realidade local. Além da reunião coletiva completaram o diagnóstico, entrevistas individuais com informantes-chave que auxiliaram na compreensão da dinâmica do assentamento.

No início, foram assinados pelos assentados, o ateste coletivo e a lista de presença, para identificar e comprovar a participação dos mesmos na reunião. Posteriormente, foi entregue quatro ticket: 2 lanches, 1 almoço e 1 jantar para cada assentado.

As informações foram anotadas com pincéis coloridos, em cartolinas de diferentes cores e/ou tarjetas, algumas vezes pelos facilitadores da oficina e em outras pelos próprios participantes. Os cartazes resultantes da aplicação das ferramentas, foram afixados nas paredes do local onde a oficina foi realizada, e ficaram expostas durante toda a reunião para auxiliar na condução da mesma, sendo consultadas sempre que necessário, tanto pelos facilitadores da oficina, quanto pelos participantes.

Como procedimento metodológico, a primeira parte da oficina foi direcionada a esclarecer o objetivo da reunião, e explicar aos participantes da mesma, o que é o Diagnóstico Rural Participativo e ressaltar sua finalidade no contexto do projeto, assim como as etapas que serão realizadas após o mesmo. Também foi realizada uma nova apresentação da equipe técnica e dos assentados, em que foram destacando-se o nome e a atividade desenvolvida e/ou profissão.

Na segunda parte da reunião, foi construído de maneira participativa, um acordo de convivência entre os participantes e foram determinados os intervalos para os lanches, almoço

e jantar. Foi solicitando ainda, que os participantes evitassem jogar lixo no rio, sendo informado que havia sacos para depósito de lixo em alguns pontos da sede da Colônia.

No encerramento foi realizada uma atividade de avaliação, denominada *Dinâmica do Alvo*, a qual possibilitou aos presentes na reunião, representarem em três níveis (bom, médio e ruim) o grau de satisfação em relação a atividade realizada, considerando a comunicação dos técnicos, alimentação fornecida, espaço para as crianças e tema abordado. Foi construído um alvo e foram dados adesivos onde os mesmos afixaram no campo do alvo que representasse seu grau de satisfação.

As ferramentas utilizadas para facilitar a oficina foram:

a. Análise FOFA

- a.1. Objetivo: identificar, analisar e visualizar a situação atual do grupo, a partir da percepção dos associados, com intuito de conseguir um fortalecimento organizativo;
- a.2. Abordagem: os facilitadores explicam o objetivo da ferramenta, fazendo com que os participantes reflitam sobre as fortalezas, debilidades, fraquezas e ameaças a organização a qual pertencem, enquanto os moderadores tomam notas nos cartazes, anotando os pontos discutidos.
- a.3. Resultado: Quadro final da avaliação contendo as fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças para o grupo.

b. Linha do tempo

- b.1. Objetivo: descrever os fatos cronologicamente que ajudaram a chegar até onde estamos;
- b.2. Abordagem: Discutir e construir coletivamente, onde cada participante descreve os fatos e identifica o período do tempo em que ocorreu. Indo ao quadro e escrevendo o fato histórico
- b.3. Resultado: Um mapa sobre a linha do tempo das principais atividades e anotações de relatos que o grupo achar necessário.

c. Mapa participativo

- c.1. Objetivo: identificar áreas de coleta dos recursos naturais utilizada pelas famílias assentadas.
- c.2. Abordagem: formar um grupo e explicar o objetivo da ferramenta e os elementos do mapa. Para ajudar a começar os mediadores, pode sugerir iniciar com elementos de referência.
- c.3. Resultado: um mapa construído pelos moradores com áreas de uso identificadas.

d. Calendário agrícola

- d.1. Objetivo: identificar os períodos de safra e entressafra dos recursos naturais utilizados pelas famílias ao longo do ano.
- d.2. Abordagem: será construída uma matriz com todos os meses do ano em um cartaz. Em seguida são identificados os recursos naturais utilizados pelas famílias e de maneira paralela, estes identificam os meses de safra e entressafra.
- d.3. Resultado: matriz com os períodos de safra e entressafra da produção local.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

A seguir é apresentada a sistematização das informações obtidas por meio da moderação dos técnicos do Instituto Peabiru. Devido às distâncias geográficas entre as localidades e o número de famílias que residem no PAE, foram considerados dois polos de trabalho, visto que tanto o deslocamento de uma comunidade para outra e entre as casas, dependem da dinâmica da maré. A divisão dos polos ficou da seguinte forma:

- ✓ Polo I: Aranaí, Alto Urubuquara, Furinho, Araraquara, Furo Grande e Japuira;
- ✓ Polo II: Bom Jesus, Baixo Urubuquara, Alto e Baixo Anuerá, Rio da Sé, Jabuti, Mata Fome e Guajará.

Neste primeiro momento, a atividade foi realizada no polo Aranaí. Os assentados foram reunidos na sede da Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-40 do Aranaí¹, situada na comunidade Aranaí – Município de Cachoeira do Arará – Marajó – Pará. Participaram da atividade 76 mulheres e 29 homens, que somados representam 30% das 350 famílias que estão na Relação de beneficiários do PAE.

3.1. SITUAÇÃO ORGANIZACIONAL

Para levantar as informações e elaborar as análises sobre a atual situação das organizações sociais existentes no PAE Urubuquara, foi utilizada a ferramenta “FOFA”, buscando-se destacar fatores internos (fortalezas e fraquezas) e externos (oportunidades e ameaças) para representar a relação entre as organizações com seus associados, no intuito de propor, futuramente, ações que tenham por finalidade promover a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas.

Foram identificadas cinco organizações no PAE, das quais foram levantadas informações, por meio de entrevistas com representantes de duas destas, de forma paralela a reunião, visto que as demais não estavam representadas que pudessem fornecer informações detalhadas das mesmas, descrito a seguir:

1. **Colônia de Pescadores e Pescadoras artesanais Z-40 da comunidade Aranaí – CPPAC:**

A Colônia Z-40 tem data de fundação o dia 08 de julho de 1985, está inscrita sob o CNPJ 34.599.282/0001-07, o qual está em dias com seus tributos. Atualmente estão cadastrados 4000 sócios, entre homens e mulheres, estando regularizada com as obrigações tributárias. A última reunião foi realizada dia 08 de julho de 2014.

2. **Associação Casa Familiar Rural da Pesca**

Está situada na Comunidade Aranaí. Tem como data de fundação o dia 13 de outubro de 2004, não obstante, no dia 02 de julho de 2010 a associação muda de objetivo e passa a atuar na defesa de direitos sociais. Sua ação secundária esta voltada a atividades de

¹ O município de Cachoeira do Arará tem duas Colônias de Pescadores, a Z-26 com sede no município de Cachoeira do Arará e a Z-40 com sede na comunidade Aranaí.

organizações associativas ligadas à cultura e à arte. Está inscrita sob o CNPJ: 07.325.314/0001-03 e está em dias com as obrigações tributárias.

Atualmente a mesma está voltada para educação no campo, entretanto, está em inatividade por falta de recurso financeiro, o que impossibilita seu funcionamento, uma vez que a CFR angaria recursos para promover a educação para os comunitários.

Sobre as demais organizações foram obtidos apenas os nomes das mesmas:

3. **Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-26 de Cachoeira do Arari;**
4. **Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores do rio Aranaí – AMAPA;**
5. **Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores do Rio Anuerá – AMAPA.**

A seguir é apresentada a sistematização das informações obtidas por meio da moderação dos técnicos do Instituto Peabiru, conforme a matriz a seguir (figura 01), no uso das ferramentas de abordagem participativa durante a reunião do DRP no PAE Urubuquara/Aranaí.

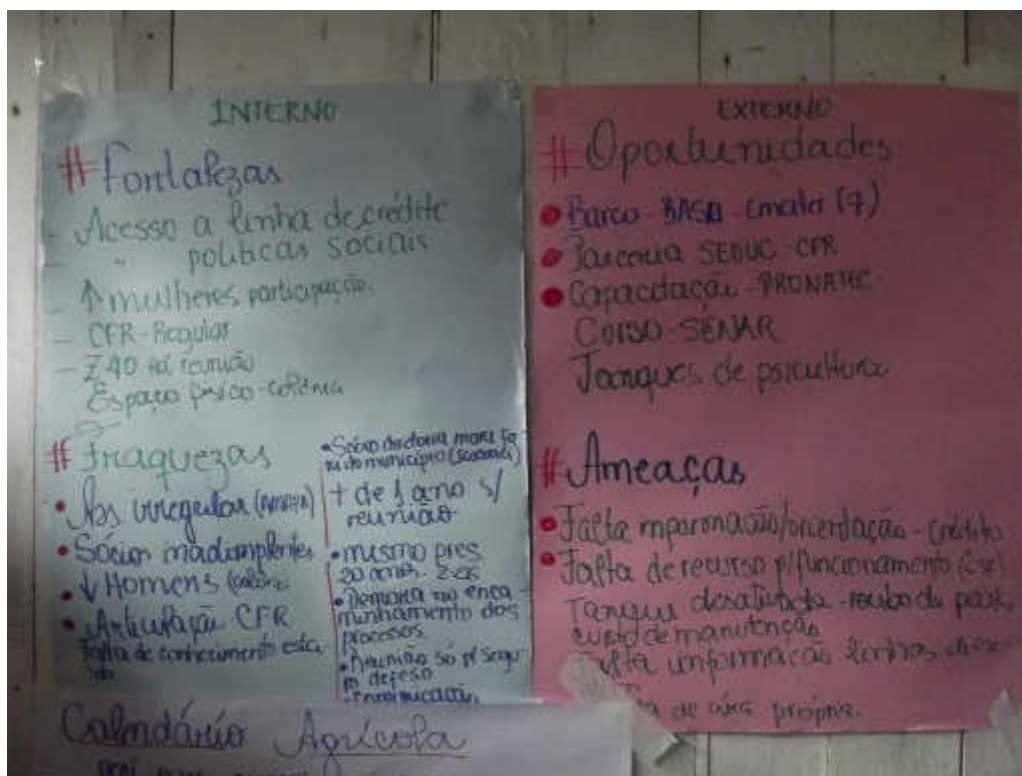


Figura 1: Matriz da análise FOFA

✓ Fortalezas

Em relação a Colônia de Pescadores Z-40, foi destacado que esta frequentemente promove reuniões para discutir temáticas de interesse comum das famílias, até mesmo as que não são filiadas a mesma, sendo ressaltado que a participação social é alta, principalmente das mulheres - os homens se dedicam mais as atividades produtivas. Vale ressaltar que dos 105 assentados presentes na oficina, 70% destes eram mulheres.

A regularidade do CNPJ da Colônia de Pescadores Z-40 e da Z-26, também foi considerada como ponto positivo, ambas estão em dias com os tributos, o que facilita o acesso à benefícios para as famílias, como políticas sociais, que são mais facilmente acessados quando a sociedade está organizada.

“Todas as colônias são organizadas, temos nossa prestação de conta, temos secretário, convocamos reuniões e está tudo regularizado e temos todas as prestações de conta”. [Assentada Sr^a Ana].

Foi informado que a maioria dos comunitários obteve seu primeiro empréstimo (acesso as linhas de crédito) por meio da articulação da Colônia de Pescadores Z-40 com a EMATER (a qual elaborou o projeto), além de ter possibilitado o acesso as Políticas Sociais como o seguro defeso e a aposentadoria por meio da Colônia Z-40 de Aranaí.

Sobre a Colônia de Pescadores Z-26 do município, foi destacado o fato desta ter intermediado o acesso ao auxílio maternidade.

Sobre a Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores do Anuerá (AMAPA), foi informado que os sócios estão adimplentes com as contribuições mensais.

“A AMAPA do Anuerá, está sob a responsabilidade da Lauriza. Está se levantando de novo, antes a associação não era cadastrada e cada sócio pagava R\$ 2,00. Hoje está tudo em dias e regularizada”. [Assentado, Sr.^o Ezídio].

Outra organização que tem ação positiva, no PAE Urubuquara/Aranaí, é a Associação Casa Familiar Rural da Pesca, que já possibilitou a formação de muitos extrativistas e seus filhos no nível médio de educação básica, pelo programa Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atualmente a organização está articulando com a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC),

para implementar na comunidade, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Além de ser destacada parceria com a Colônia de Pescadores Z-40 para o compartilhamento do espaço.

✓ Fraquezas

Uma das fraquezas indicadas está relacionada à participação dos homens nas reuniões das duas colônias de pescadores, sendo que em relação a Z-26 a logística é um dos principais entraves para participação social, visto que a maioria dos encontros da mesma acontece na sede do município de Cachoeira do Arari e as famílias dependem de transporte terrestre para chegar ao local, além do deslocamento de barco.

Ainda em relação à Colônia de Pescadores Z-26, foi evidenciada a insatisfação de alguns sócios com a organização, pois há 20 anos permanece o mesmo presidente, Sr^o Fernando Feio, o qual é reeleito sem a participação dos associados nas assembleias, sendo enfatizado ainda que a última eleição foi realizada há mais de um ano. Outro fato apontado foi que a secretária da colônia, a Sr.^a Ruth, não reside no município de Cachoeira do Arari e sim no Distrito de Icoaraci, porém, há relatos que existe uma representante no próprio PAE, a Sr.^a Liliane, que substitui na ausência da secretária citada anteriormente.

A demora na resolução de situações burocráticas para acesso a políticas sociais também foi apontada como uma fraqueza da organização, conforme pode ser observado na fala a seguir.

“Eu era sócio da Z-26 eu procurei o presidente dezesseis vezes, foi muito difícil pegar o benefício do papai, toda vez o seu Fernando ficava dando desculpas, falta administração e os assentados não esperam a colônia resolver nada”. [Assentado, Sr.^o Alessandro].

Outra situação relatada foi que, no período do pagamento do Seguro defeso, o presidente da Colônia de Pescadores Z-26 exige o pagamento das mensalidades, por partes dos associados, alegando que somente desta forma poderá ser feito o pagamento do benefício. Foi ressaltando ainda que a diretoria da colônia se aproveita da falta de conhecimento, mais de 90%, em relação aos seus direitos e deveres como membros da organização.

“Se o pescador quer resolver seu problema com urgência, o pescador tem que pegar seu papel e se virar, aí quando é pra assinar o seguro, eles dizem que tem que pagar se não a colônia não vai poder repassar o dinheiro”. [Assentada, Sr.^a Clete].

Sobre a AMAPA do Anuerá, uma das sócias informou que o CNPJ da organização está bloqueado, devido a inadimplência com as obrigações tributárias, além da diretoria atual que está irregular de acordo com o estatuto.

✓ Oportunidades

Uma das oportunidades destacadas na reunião está relacionada à AMAPA do Aranaí, onde a presidente da associação, Maria das graças, conseguiu captar recursos financeiros, por meio da aprovação de um projeto junto ao Banco da Amazônia – BASA, para a construção de seis barcos de pesca e a manutenção de outro. Foi ressaltado ainda, que os associados obtiveram assistência técnica para o manejo de açaí, por meio de uma articulação da associação com a EMATER. foi a Sr.^a Pedro Ribeiro.

Outra situação apontada como oportunidade, foi à articulação que a Casa Familiar Rural realizou com a SEDUC entre os anos de 1998 e 2005, para promoção de oficinas sobre piscicultura, manejo de açazais e sistemas agroflorestais aos assentados, com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) para oficinas de horticultura e avicultura. Atualmente a organização está em tramites com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA para implementar os cursos técnicos de agricultura e piscicultura via PRONATEC.

Pode ser destacado que o Instituto Peabiru também se constitui em uma oportunidade para obter informações, visto que nesta reunião foi observado que os assentados não tinham conhecimento sobre o que é e/ou como pode ser utilizada uma formação técnica. Desta forma foi proposto que os técnicos de nível médio relatassem sobre suas respectivas formações e o que desenvolvem profissionalmente com as mesmas. Também foi mencionada a existência do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA), o qual foi criado para ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados.

✓ **Ameaças**

Foi citado que algumas famílias associadas não possuem terreno próprio trabalham em áreas cedidas por terceiros, portanto não podem acessar a política de créditos para investir no manejo das áreas produtivas, pois a garantia da terra é um dos pré-requisitos para acessar a política. Ademais foi ressaltada a falta de conhecimento sobre as linhas de crédito existentes.

Os tanques de piscicultura instalados pelo Sobprograma Projeto Demonstrativos (PDA) na comunidade de Aranaí estão desativados por falta de recurso.

“Na falta de recurso não conseguir manter os tanques de piscicultura e nem a alimentação dos peixes”. [Assentada, Sr.ª Carmilena].

3.2. ATIVIDADES PRODUTIVAS ATUAIS E POTENCIAIS

Com intuito de compreender o estado das atividades produtivas desenvolvidas no PAE Urubuquara/Anuerá, foram utilizadas diferentes ferramentas de abordagem participativa, como o calendário agrícola, com intuito de identificar os meses em que ocorre a safra da produção, assim como as atividades que estão relacionadas às mesmas; o mapa participativo com objetivo de identificar as zonas utilizadas para o extrativismo; e a linha do tempo para resgatar aspectos relacionados aos processos produtivos, o que mudou e como é realizado atualmente, assim como identificar as principais mudanças na paisagem local.

✓ **Calendário Agrícola**

Com a construção do calendário agrícola, foi possível identificar que além do extrativismo, as famílias também criam pequenos animais e, as que residem em áreas de terra firme, cultivam roça de mandioca.

Do extrativismo, foi observado que, de maneira geral, os assentados trabalham com três produtos: 1. açaí (*Euterpe oleracea*), 2. peixe (diferentes espécies) e 3. camarão (*Macrobrachium amazonicum*). Sendo destacado que o extrativismo², do açaí e do peixe, é a principal fonte de renda da maioria das famílias.

² Foi citado que quase 90 % da renda das famílias da comunidade Aranaí advém da pesca artesanal, enquanto as famílias da comunidade de Urubuquara exploram tanto a pesca, quanto o açaí.

De acordo com os extrativistas, a safra do açaí acontece entre os meses de agosto e dezembro. De janeiro a julho, é considerado o período da entressafra, época em que a produção é baixa. Entre os meses de fevereiro e maio, é realizado o manejo das áreas produtivas, não obstante, vale ressaltar que algumas famílias efetuam essa atividade da maneira tradicional, já algumas famílias que participaram de oficina sobre manejo de açazais, realizam a atividade de acordo com as instruções recebidas. De maneira conjunta a esta atividade, também é realizada a extração do palmito, produto que também gera renda às famílias.

Em relação ao escoamento da produção, foi identificado que este é efetuado via atravessadores (ou marreteiros), os quais deslocam a produção em embarcações, com os frutos acomodados em “rasas” de fibra, sem nenhum tipo de beneficiamento. O principal destino é o distrito de Icoaraci em Belém, entretanto, também é comum distribuição ao distrito de Mosqueiro, os municípios de Soure e Salvaterra e as vilas Camará e Cajueiro.

De acordo com os dados obtidos (figura 2), o preço da “rasa” sofre variações conforme o período do ano. Vale ressaltar que os valores estão relacionados aos atravessadores (marreteiros). Na safra, o preço da rasa varia entre R\$ 5,00 e R\$ 17,00. Já no período da entressafra, observa-se uma diferença de preço, o açaí manejado de acordo com orientações técnicas (ou do projeto como chamam os extrativistas) varia de R\$ 50,00 e R\$ 60,00, enquanto o açaí manejado de forma tradicional é vendido a R\$ 25,00, visto que este não recebe os mesmos tratos culturais e nem produz tanto quanto o nativo. Vale ressaltar que o valor do produto não é “discutido” com o extrativista, o preço é dado pelo marreteiro.

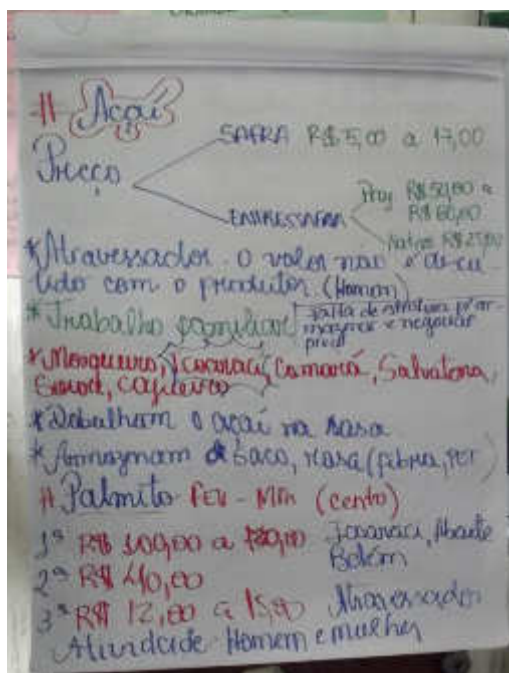


Figura 2: Sistematização das informações sobre o extrativismo do açaí.

Em relação ao palmito, assim como o açaí, a principal forma de comercialização são os marreteiros, que compram o produto de acordo com uma classificação: o palmito de primeira ordem é vendido entre R\$ 100,00 e R\$ 120,00, o de segunda a R\$ 40,00, quanto o de terceira varia de R\$ 12,00 a R\$ 15,00. Em relação ao destino da produção, é comum a distribuição ao distrito de Icoaraci e os municípios de Belém e Abaetetuba.

A atividade da pesca como citada anteriormente, também é um das principais fontes de renda das comunidades do PAE, principalmente da comunidade Aranaí. Foi destacado ainda, que entre os meses de maio e dezembro, a captura dos peixes é realizada tanto para comercialização, quanto para subsistência das famílias. Já no período de janeiro a abril, época do defeso, período em que a pesca de algumas espécies é proibida³, boa parte das famílias realizam a atividade indistintamente, pois não têm como garantir a segurança alimentar de seus membros, visto que o governo atrasa o pagamento do benefício, conforme pode ser evidenciado na fala a seguir.

³ Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003.

“O seguro desemprego às vezes sai depois da época do defeso, por isso, muitos continuam a pesca na época defeso”. [Assentada, Luciane].

Em relação às espécies, conforme citado (figura 03), estas podem variar de acordo com o local em que o peixe é capturado. Quando a pesca acontece na baía, as espécies mais comuns são: sarda, filhote, mapará, dourada, pescada branca e amarela, bagre, pacú, gurijuba, piramutaba, piaba, cação, arraia, chareu, tainha, camurim e pratiqueira. Nos lagos foram as seguintes espécies: pacú, piranha, sarapó, tamuatá, traíra e cachorrinho do padre. Já as encontradas no rio que banha a comunidade, foram citadas: pongó, mandií, pescadinha, anujá, sarapó, aracú, jundiá e o ituí.

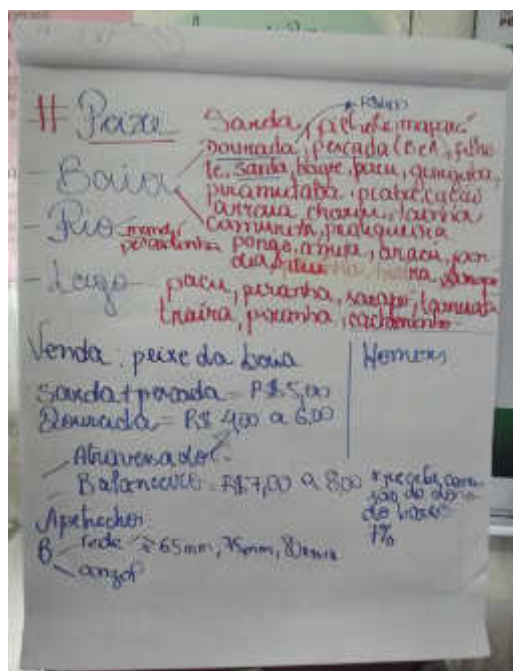


Figura 3: Informações sobre as principais espécies de peixe.

Quanto ao preço do peixe, esse varia de acordo com a espécie e o tamanho, sendo destacado que os mais vendidos são os pescados na baía. A mistura da sarda com a pescada custa R\$ 5,00 o quilo. A dourada⁴ tem valor diferenciado, quando esta é vendida ao atravessador o quilo varia entre R\$ 5,00 e R\$ 6,00. Não obstante, quando a comercialização é

⁴ Para as famílias, espécies como dourada, filhote, tainha, pescada branca e amarela são considerados peixes mais nobres.

feita direto no mercado do Ver-o-Peso, o peixe é entregue ao balanceiro⁵ por valores entre R\$ 7,00 a R\$ 8,00 e estes cobram uma taxa de 7% de comissão dos donos das embarcações pela transação da venda.

*“Se vender R\$ 6.000,00, tem que tirar 7% pro balanceiro que R\$ 420,00 de comissão, pra poder vender o peixe do pescador”.
[Assentado, Sr.ºBenediti].*

Vale ressaltar, ainda, que os extrativistas relataram uma situação comum entre os donos de barco que entregam pescado diretamente no mercado de Belém. Devido ao custo de manutenção dos barcos e as despesas para realizar a atividade (alimentação da tripulação, redes, combustível, entre outros), é comum os pescadores que não tem capital pedirem empréstimos financeiros aos balanceiros, os quais estabelecem um acordo, geralmente informal, em que o dono do barco tem que entregar o pescado como forma de pagamento.

Sobre a pesca realizada nos rios e lagos, a produção é destinada, principalmente, ao autoconsumo das famílias, no entanto, esporadicamente há comercialização no próprio assentamento. Quando isso ocorre, a salada de peixes⁶ é vendida a R\$ 2,00 o quilo. Já espécies como tamuatá, que é capturada no lago, o quilo é vendido a R\$ 7,00.

Em relação aos apetrechos utilizados na pesca artesanal, nos rios e/ou lagos, os mais comuns são anzol, espinhel, linha de mão, caniço e redes de malha nos números: 0,25mm, 0,30mm e 0,40mm. Na pesca realizada na baía, são utilizados anzol e rede nos números: 60 mm a 75 mm. Pode ser destacado, que mesmo sendo proibido por lei o uso da rede de malha 60 mm, os extrativistas relataram que ainda fazem uso da mesma.

Outra atividade desenvolvida no assentamento é a captura de camarão (figura 04), a qual é realizada durante o ano todo, não obstante, o período da safra acontece entre os meses de maio e junho. O apetrecho mais utilizado para a atividade é o matapí, que pode ser feito de tala de miriti, de garrafa pet ou de tecido. Foi pontuado que, algumas famílias confeccionam o mesmo para venda, o qual tem preço variável entre R\$ 7,00 e R\$15,00. Outro artefato utilizado é a tarrafa, qual pode ser feita com linha de nylon ou plástico, e o paneiro de tala de miriti.

⁵ O balanceiro é considerado um tipo de facilitador da comercialização.

⁶ Salada de peixe é a denominação dada para uma mistura de diferentes espécies de peixe, por extrativistas de algumas regiões do Marajó.

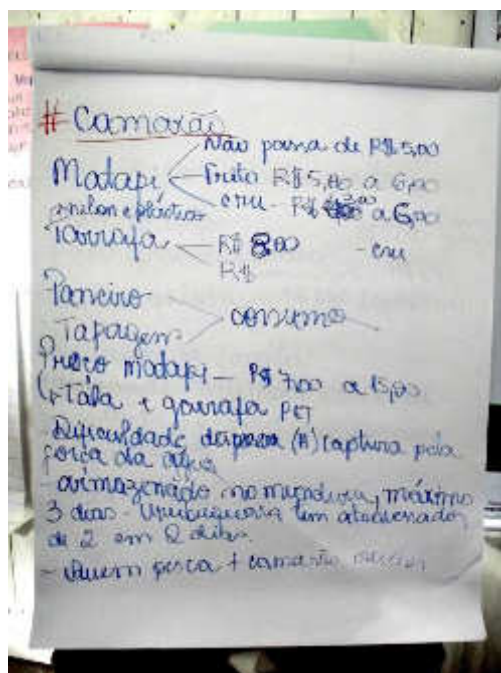


Figura 4: Informações sobre o extrativismo do camarão.

Em relação ao beneficiamento, o único realizado é o cozimento do camarão com sal sem água, o produto final é denominado como “camarão frito”. Este processamento influencia no preço de comercialização do camarão de matapí. Quando frito, o preço varia entre R\$ 5,00 e R\$ 6,00 e *in natura* de R\$ 3,00 a R\$ 6,00 o quilo. O camarão de tarrafa não é beneficiado, o preço médio é R\$ 8,00, enquanto aqueles capturados em paineira são apenas para autoconsumo. Esta atividade é exercida principalmente pelas mulheres, até a comercialização do produto.

Outra atividade produtiva desenvolvida pelas famílias é a criação de pequenos animais (figura 05), como: galinha caipira, picote, pato e suíno. O plantel destina-se à garantia da segurança alimentar das famílias, entretanto, esporadicamente há comercialização no próprio assentamento, da galinha caipira (R\$ 15,00 a R\$ 20,00 uma ave) e do suíno (R\$ 3,00 a R\$ 8,00 o quilo). A atividade é desenvolvida principalmente por mulheres e crianças.

Foram citados os custos com a alimentação dos pequenos animais. O farelo do porco, que geralmente é comprado em Icoaraci, custa R\$ 22,00 o fardo de 30 kg, já na comunidade as famílias compram o quilo por R\$ 1,50 (o fardo custaria em torno de R\$ 45,00). O milho que é dado como alimento às galinhas é comprado por R\$ 1,50, a espiga, e quando comprado no Município de Cachoeira do Arari, o quilo custa R\$ 1,00.

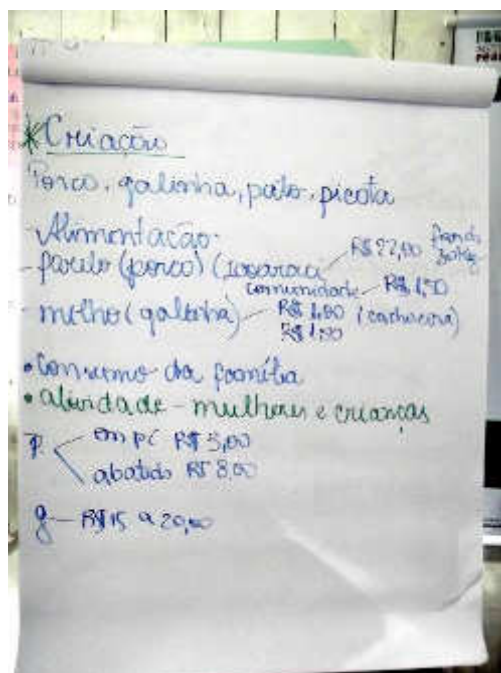


Figura 5: Informações sobre a criação de pequenos animais.

Além da criação de animais, as famílias que residem nas áreas de terra firme também cultivam mandioca para produção de farinha, a qual é destinada principalmente ao autoconsumo. Entretanto, alguns agricultores realizam a comercialização do produto localmente. A farinha é vendida a R\$ 50,00 reais uma saca com 30 quilos – chamada também de “tóro”. Na falta do produto no PAE, as famílias compram a farinha nos municípios de Belém e Cachoeira do Arari, e no distrito de Icoaraci, o “tóro” por R\$ 50,00, ou ainda, dos atravessadores por R\$ 70,00. Em relação às espécies de maniva utilizada são: pacajá, cachorrinho (coloração branca), paruí, consuela, manteiga, saracura e peixe-boi (coloração amarela).

A seguir foi construído um resumo das etapas realizadas no cultivo da mandioca, desde o preparo da área à produção de farinha.

- Raleio da área – Junho e Julho
- Roçagem – Agosto
- Pousio da área – Setembro a Novembro

- Plantio⁷ - Dezembro
- Colheita – Após nove meses do plantio

✓ Mapa

Nessa ferramenta, podem ser observadas as áreas/zonas de coleta dos produtos (Açaí, peixe, camarão).

Por toda a extensão dos Rios Aranaí, Araraquara e Urubuquara é realizada a captura de peixe e camarão. O manejo do açaí é feito por toda a área do assentamento, na floresta/nativa, nos projetos (plantio) e nos terrenos (quintais das famílias). Também, foi demonstrado na ferramenta os tanques de piscicultura, e o Projeto de sistema Agroflorestal através do projeto de Iniciativas econômicas comunitárias pelo PDA – Subprograma Projetos Demonstrativos⁸.

A pesca é realizada tanto nos rios e lagos do PAE, quanto na Baía conhecida pelos comunitários como: a “pesca de mar”, de ambas as formas a atividade depende de maré para ser realizada. A pesca de Baía é feita por pescadores da região que possui embarcações adaptadas para atividade, sendo assim realizando a captura dos peixes em média escala. Algumas das vezes o produto é vendido diretamente no Ver-o-Peso, feira de Belém, conhecido pelos pescadores como “pedra”, em outros momentos é vendido na própria comunidade e municípios vizinhos, como: Icoaraci, Mosqueiro e Salva Terra.

No mapa, foram destacadas as unidades familiares da comunidade do Aranaí e suas organizações como: a igreja católica, a escola comunitária e a Colônia de Pescadores Z-40 (Figura 06).

⁷ Entre os meses de agosto e setembro os agricultores geralmente fazem o plantio de milho, maxixi, jerimum, melancia na área.

⁸ Mais informações sobre este projeto são descritas no item “Linha do tempo”.



Figura 6: Mapa participativo do PAE Urubuquara.

✓ Linha do tempo

Para nos auxiliar na compreensão do surgimento da comunidade, foi construída uma linha do tempo com os assentados, a partir de seus relatos. Não obstante, outros aspectos também foram observados e incluídos como resultado da ferramenta (figura 07 e 08).

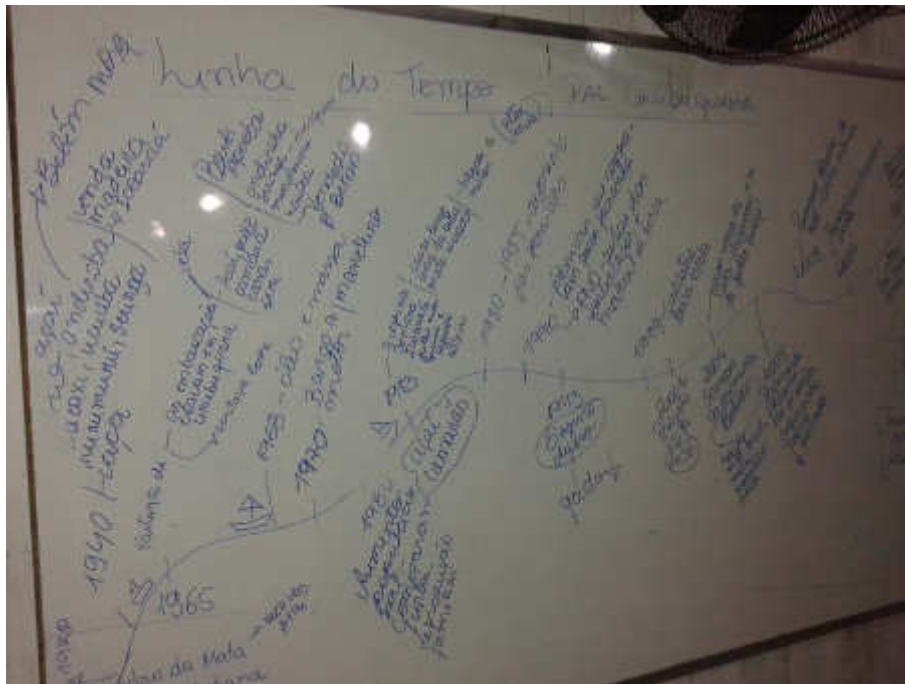


Figura 7: Linha do tempo do PAE Urubuquara.

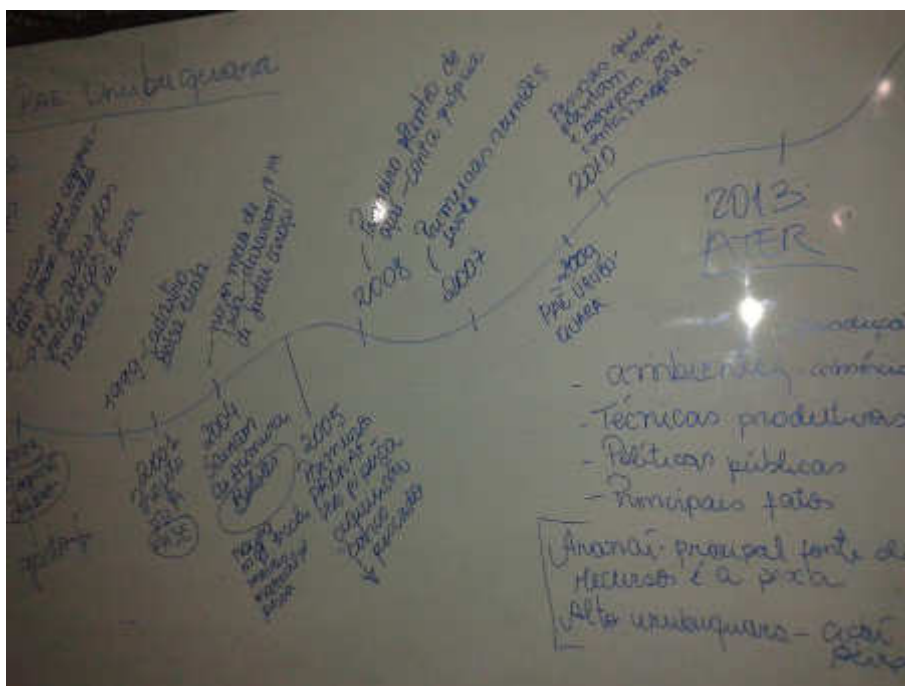


Figura 8: Continuação da linha do tempo.

Foi apontado que a comunidade Aranaí surgiu em 1918, tendo como marco a chegada do primeiro morador, conhecido como “Seu” Vivico. Houve relatos que nessa época, sua

família trabalhava na lavoura de mandioca e vendiam linha em metro, aos pescadores para confecção das redes de pesca. Por volta de 1920, foi citada a chega do “seu” Pedro da Mata, que é originário do Estado do Piauí.

Em relação aos recursos naturais, foi citado que na década de 1940, os animais silvestres como cutia, paca, tatu, entre outros, eram abundantes nas matas, igualmente, algumas espécies florestais como cedro, andiroba, seringa, as quais eram extraídas e tinham a madeira comercializada no distrito de Icoaraci. Havia também fartura de frutíferas como taperebá e buriti.

Na década de 1960 foi citada a comercialização de espécies oleaginosas como: andiroba, murumuru e ucuúba, quais tinham as amêndoas compradas por fábricas do Distrito de Icoaraci e município de Belém. Já por volta do ano de 1965, foi citado, pela Sr^a Izabel, moradora antiga, que os marreteiros já vinham comprando o açaí dos extrativistas ao longo do rio Urubuquara, sendo frisado que, na época existia apenas uma embarcação e a mesma era a vela – chamada de amorosa. A assentada relatou ainda, que nesse período havia fartura de açaí, peixe, camarão e que existia até siri. Também foi citada, a existência de um canal na área do PAE Urubuquara e que a cana de açúcar era comercializada, ademais, as famílias trabalhavam também no corte de lenha.

“Antes a gente pegava um filhote de 70 a 80 kg, bem próximo de casa o rio era mais perto, hoje em dia só consegue pegar um filhote grande na baía”. [Assentada Sr.^a Izabel].

Ainda sobre a década de 1960, foi relato pela senhora Maria das Graças, que no ano de 1968 o óleo de andiroba era vendido na comunidade do Aranaí, e que as famílias produziam sabão a partir da biomassa, obtida do processamento das amêndoas para retirada do óleo, o qual era utilizado nas atividades domésticas. A assentada citou, ainda, que “hoje ainda existem sementes de andiroba, porém, ninguém tem interesse de fazer a coleta” e relatou o que acredita ser o principal motivo por este fato, conforme a fala a seguir.

“Eu entendo que a venda das sementes não acabou, por que eu vejo as propagandas na televisão, mas como foi surgindo outras formas de sobrevivência como as políticas públicas, as pessoas perderam o interesse pela coleta das sementes”. [Assentada Maria das Graças].

Em 1970, foi destacada a chegada do barco a motor o que viera a facilitar a comercialização dos produtos, principalmente no Alto Urubuquara, e o deslocamento das famílias para outros locais.

Na década de 1980, foi relatado um aumento populacional e a abertura das florestas para construção de novas casas (com distâncias menores entre as mesmas) e de roçados para subsistência das famílias. Em relação a origem dos novos moradores, estes vierem de locais próximos aos PAE como o distrito de Icoaraci, os municípios de Muaná, Abaetetuba e Bom Jesus.

Ainda nesta década, aproximadamente em 1983, o açaí e o camarão passam a ser comercializados três vezes na semana para os distritos de Icoaraci, Mosqueiro e Outeiro. Foi citado também que os pescadores chegavam a capturar de 10 a 15 kg de camarão no matapi por dia.

Por volta de 1990, foi citado o fechamento das fábricas de Belém e Icoaraci que compravam as sementes das oleaginosas coletadas na área do PAE. Nesta mesma época houve o custeio para construção de barcos de pequeno porte e material de pesca para as famílias, além de projetos para criação de gado, ambos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Também foi citado que as famílias passaram a serem beneficiárias de políticas sociais como o Seguro Defeso e, aproximadamente, 99 famílias foram cadastradas no Programa Bolsa Escola.

Entre os anos de 1992 e 1993, a Colônia de Pescadores Z-40 captou recursos do Ministério do Meio Ambiente (MMA)/PDA para o projeto *Iniciativas econômicas comunitária: Piscicultura e Sistema Agroflorestal*, desenvolvido em parceria com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), na ocasião foram construídos 3 tanques de piscicultura e foi realizado manejo de açaí na área de 20 famílias, cada um com 2ha.

A partir de 2003, quando o Programa Bolsa Escola passa a se chamar Bolsa Família, mais extrativistas são incluídos no programa, sendo citada na reunião, uma melhoria na qualidade de vida das famílias, pois com o recurso dos programas sociais as mesmas puderam comprar mais facilmente roupas, material escolar e investiram em melhores equipamentos pesqueiros. No ano de 2005, foi citado que houveram os primeiros acessos a política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na comunidade Aranaí, os quais foram destinados apenas à aquisição para barcos de pesca, pois segundo os

assentados as famílias não dispõem de área⁹ suficiente para produção em grande escala, fato esclarecido na fala a seguir.

“Em Aranaí não tem espaço para plantio de açaí e criação de pequenos animais, por isso, a maioria investe na pesca”. [Assentado Sr.º Benedito].

Em 2007, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realiza as primeiras reuniões com os assentados, para a constituição do PAE Urubuquara.

No ano seguinte, 2008, as famílias acessaram o PRONAF para manejo de açaí na PAE Urubuquara, os quais receberam assistência técnica da EMATER. Em 2010 outras famílias também começaram a manejo, no entanto por conta própria. Neste mesmo ano, houve a homologação do PAE Urubuquara.

No ano de 2013 o Instituto Peabiru, promove as primeiras reuniões do Projeto de Assistência técnica e Extensão Rural.

No corrente, 2014, foi citado pelo Sr.º Pedro Caroncho, que há assoreamento de um lago na comunidade Aranaí, sendo acentuado ainda, que não houve a safra do camarão no mesmo, devido à degradação do rio. Assim como a comunidade do Japuira que por conta da criação de bovinos, houve desmatamento da mata ciliar para criação de um ramal para facilitar a passagem de búfalos, além disso, houve a criação de uma barragem no lago, no qual, foi observado pelas famílias a diminuição na quantidade de peixes.

Também colocado que no Município de Cachoeira do Arari, existiam 64 lagos, dos quais 34 já estão em extinção e mais cinco estão em processo de assoreamento. Falou sobre a produção de arroz no município, relatando que o agrotóxico está matando os alevinos e as ovas de camarão, assim causando um desequilíbrio no ecossistema aquático, a produção de arroz ocupa 350 mil hectares de área, correspondendo à ocupação de 25% das terras de Cachoeira do Arari.

“Esse ano não teve safra do camarão, por que houve uma degradação ambiental, não temos mais berçário para a desova do camarão”. [Assentado, Sr.º Pedro].

⁹ Com o processo de constituição de novas famílias e a divisão de terras por heranças, novas casas foram construídas e o tamanho das unidades de produção familiar que inicialmente eram de 2ha, foi diminuindo conseqüente o tamanho dos açaiçais.

3.3. SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS COMUNITÁRIOS E COMERCIALIZAÇÃO

Em relação aos empreendimentos comunitários, pode ser destacado que dentro das atividades produtivas há possibilidade de produção de peixes nos tanques de piscicultura coletivo implantados na comunidade pelo projeto de Iniciativas econômicas comunitárias, os quais se encontram desativados por falta de assistência técnica.

Ainda em relação ao pescado, foi citado que os extrativistas não têm possibilidade de negociação de preço, pois os valores pelos quais repassam o mesmo, são colocados pelos marreteiros, desta forma as famílias ressaltam que há desvalorização da produção.

Em relação ao camarão, foi destacado que em algumas locais do PAE Urubuquara, lagos onde os mesmos se reproduziam, estão em processo de assoreamento causado pela retirada da mata ciliar para facilitar o acesso de , sendo inclusive citada a falta de safra do mesmo na comunidade Aranaí, situação que ameaça até a segurança alimentar das famílias. Também foi citada a dificuldade de comercialização do camarão no período das chuvas, devido a força da água que coloca as pequenas embarcações em risco.

Também pode ser destacada a existência de espécies florestais oleaginosas, assim como o conhecimento tradicional de extração artesanal, principalmente, do óleo da andiroba, já realizado em tempos remotos. Entretanto, foi citado que a partir do acesso a algumas políticas sociais e ao fechamento das fábricas, que compravam as amêndoas dos extrativistas, as famílias deixaram de fazer a coleta das mesmas.

Em relação ao açaí, foi destacado que a falta de estrutura para armazenamento e o intervalo de tempo da coleta até o consumidor final, faz com que haja uma desvalorização do fruto, visto que o mesmo perde qualidade, pois a quantidade de água no fruto diminui. Desta forma, não há muita possibilidade de negociação de preço com o marreteiro.

“O nosso açaí não é valorizado o preço maior é de Cotijuba, por que falam que é mais produtivo. O preço dobra até quatro vezes mais que o açaí do PAE”. [Assentado. Sr.º Franck]

4. AVALIAÇÃO DA OFICINA DE DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO (DRP).

A partir da ferramenta de avaliação aplicada, pôde ser observada que a atividade realizada foi considerada BOA por 95% dos participantes é MÉDIA por 5%, conforme pode ser observado na figura a seguir (figura 9).



Figura 9: Avaliação da atividade.

Os assentados agradeceram pela equipe está presente na comunidade e parabenizaram a equipe técnica, conforme citado na fala a seguir:

“A gente em anos não tinha uma reunião dessas com gente de outro lugar que pode trazer conhecimento pra gente, a última reunião foi em 2000. Foi bom por que aprendemos o que vai ser bom pra gente e pra nossa comunidade, todos nós temo satisfeito com essa reunião”.
[Sr.º Ezídio, assentado].

5. CONCLUSÃO

Com a realização da oficina de DRP, foi observado sobre a organização social, que há atuação da colônia de pescadores, entretanto, foi constatada a existência de dois CNPJ no mesmo município, a Z-26 e a Z-40, denominadas respectivamente como Colônia de Pescadores de Cachoeira do Arará e a Colônia de Pescadores do Aranaí. Sendo observados aspectos negativos em ambas, como por exemplo, na Colônia Z-40, que foram citadas irregularidades, principalmente relacionadas à gestão, com a mesma diretoria atuando há 20 anos, evidenciando que o projeto ATER poderia atuar com as Oficinas sobre Fortalecimento Organizacional, assim como as associações AMAPA do Aranaí e do Anuerá.

Em relação às atividades produtivas, o extrativismo do açaí e do peixe são as principais fontes de renda das famílias, no entanto, sobre o açaí foi observado que a maioria das famílias realiza o manejo de maneira tradicional, e desta maneira não conseguem ter produção relevante no período da entressafra, que é quando o produto alcança maiores preços. Sobre a pesca, foi destacado pelos extrativistas que quem determina o preço do pescado é o marreteiro, fato evidenciado como negativo pelos assentados, entendem que o produto é desvalorizado pelo comprador.

Observam-se duas possibilidades de intervenção do projeto ATER oficinas sobre Planejamento da Produção e/ou do empreendimento e sobre Acessos a Mercados.

Também podem ser trabalhados acordos de pesca com famílias por meio de parcerias, visto que a Pastoral de Pescadores, que já trabalha no Estado do Tocantins, pretende atuar na região do Marajó, ou ainda trabalhar junto com Colegiado de Desenvolvimento do Território do Marajó (CODETEM) o qual já realiza esta ação ao longo do Rio Canaticú junto ao projeto “Viva Pesca”, também do Instituto Peabiru.

Outra atividade produtiva que merece atenção no PAE Urubuquara/Aranaí, é a coleta de sementes oleaginosas e a extração artesanal do óleo da andiroba, visto que a mesma está ligada ao universo feminino e a um saber tradicional, que está deixando de ser praticado, conhecimento que pode ser perdido e merece ser resgatado.

Para as famílias que trabalham com o cultivo da mandioca, foi citada a possibilidade aproveitamento da manipuera, que é o primeiro tucupí retirado da mandioca, que, atualmente é desperdiçado, entretanto a Embrapa Amazônia Oriental, desenvolveu possibilidades de fazer uso da mesma, como transformar em adubo orgânico para agricultura, vinagre e sabão.

Em relação aos empreendimentos comunitários pode ser destacada a Casa Familiar Rural da Pesca, a qual está tentando estabelecer parcerias para trazer capacitação técnica aos

filhos de assentados, e voltar a atuar no PAE, visto que a mesma parou suas atividades por falta de recursos financeiros.

Também foi observada a existência de tanques de piscicultura que estão inativos por falta de assistência técnica. Sendo assim, a escola pode capacitar os jovens a fim de reativar os tanques e a criação de peixe no PAE.

No que diz respeito as ameaças, foi destacado o assoreamento de lagos no PAE, e até mesmo no município, o que já levou a falta de produção de camarões no ano de 2014. Grande parte do acareamento é casado pela criação de búfalo, mas ultimamente a maior ameaça é a produção de arroz em grande escala.

Consideramos a questão dos arroteiros no Marajó extremamente grave, uma ameaça a vida dos extrativistas, quilombolas e toda população tradicional do município de Cachoeira do Arari e de municípios vizinhos. O Instituto Peabiru tem contribuído no debate junto a comunidades quilombolas de Cachoeira do Arari, a organização Malungo, de remanescentes de quilombos no Pará, o Ministério Público Federal e Estadual, com dedicados procuradores sensíveis à causa e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

Esperamos assim, usar alguns resultados desse DRP para ratificar os problemas causados à população por conta do uso indiscriminado de agrotóxicos no cultivo intensivo de arroz nesse território.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, V. L. A; VICENTINI, R. N.; BATISTA, V. da S. **Caracterização do uso de malhadeiras pela frota pesqueira que desembarca em Manaus e Manacapuru Amazonas.** Acta Amazônica. vol. 39(2) 2009: 405 – 414.

GOMES, J. C. C. **As técnicas participativas na pesquisa agrícola: fundamentos teóricos e algumas dificuldades práticas.** In: Markus Brose. (Org.). Metodologia Participativa - Uma introdução a 29 instrumentos. 1 ed. Porto Alegre: Tomo Editorial Ltda, 2001, v. 1, p. 287-294.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático.** Revisão e Adaptação: Décio Cotrim e Ladjane Ramos, Secretaria da Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gráfica da ASCAR – EMATER-RS. 2006. 62p.

Travessa Ó de Almeida 1083
66053-360 Reduto Belém Pará
F 55 91 3222 6000
peabiru@peabiru.org.br
www.peabiru.org.br

